

DEPOSITO DE SUBSISTENCIA SANTO ANGELO/RS

Termo de Referência 36/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
36/2026	160426-DEPOSITO DE SUBSISTENCIA SANTO ANGELO /RS	LUIS HENRIQUE BITTENCOURT	25/05/2026 11:14 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		64460.001120/2026-37

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64460.001120/2026-37)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Grupo 1 refere-se a contratação de serviços de confecção de sutaches e bordados de identificação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Grupo 2 refere-se a contratação de serviço de recarga de extintores, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR GRUPO
	1	Serviço de bordado do nome de guerra de militar (a definir) em camiseta camuflada. Realizar o bordado de acordo os padrões estabelecidos no Regulamento de Uniformes do Exército (RUE).	10030	Sv	24	14,95	358,80	
	2	Serviço de bordado do nome de guerra de militar (a definir) em camiseta branca sem manga para Treinamento Físico Militar. Realizar o bordado de acordo os padrões estabelecidos	10030	Sv	16	12,96	207,36	

1

	no Regulamento de Uniformes do Exército (RUE).																																			
3	Serviço de confecção de sutache nome de guerra (a definir), confeccionado com o tecido em sarja com velcro macho e fêmea, de acordo os padrões estabelecidos no Regulamento de Uniformes do Exército (RUE), para uso e fardamento militar.	10030	Sv	08	14,98	119,84	2.027,6																													
4	Serviço de confecção e aplicação de sutache do Exército, confeccionado com o tecido em sarja com velcro macho e fêmea, de acordo os padrões estabelecidos no Regulamento de Uniformes do Exército (RUE), para uso e fardamento militar.	10030	Sv	16	25,00	400,00																														
5	Serviço de Bordado Distintivo Bandeira do Brasil com fornecimento de material conforme RUE	10030	Sv	16	27,85	445,60																														
6	<div>Serviço de Bordado de Organização Militar com fornecimento de material conforme RUE</div> <div>  <table border="1"> <tr> <th colspan="5">Distintivo Bordado</th> </tr> <tr> <th>COR</th> <th>C</th> <th>M</th> <th>Y</th> <th>K</th> </tr> <tr> <td>Verde-claro</td> <td>51</td> <td>40</td> <td>58</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>Cinza-claro</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Cinza-claro</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Preto</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>100</td> </tr> </table> </div>	Distintivo Bordado						COR	C	M	Y	K	Verde-claro	51	40	58	11	Cinza-claro	0	0	0	20	Cinza-claro	0	0	0	20	Preto	0	0	0	100	10030	Sv	16	31,00
Distintivo Bordado																																				
COR	C	M	Y	K																																
Verde-claro	51	40	58	11																																
Cinza-claro	0	0	0	20																																
Cinza-claro	0	0	0	20																																
Preto	0	0	0	100																																

1	Recarga extintor ABC 04 KG	3662	Sv	3	49,50	148,5	
2	Recarga extintor BC 04 KG	3662	Sv	1	40,48	40,48	

2	3	Recarga extintor BC 08 KG	3662	Sv	3	65,00	195,00	1.056,98
	4	Recarga extintor 10 LT	3662	Sv	2	33,00	66,00	
	5	Recarga extintor Espuma 10 LT	3662	Sv	5	72,50	362,50	
	6	Recarga extintor BC 06 KG	3662	Sv	1	49,50	49,50	
	7	Recarga extintor BC 12 KG	3662	Sv	1	70,00	70,00	
	8	Recarga extintor CO2 04 KG	3662	Sv	1	125,00	125,00	

- 1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do Art.º 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos possui natureza continuada, havendo possibilidade de prorrogação contratual para além da vigência comum.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 A Dispensa Eletrônica de licitação com Disputa destinará a contratação do serviço de confecção de sutaches e bordados de identificação do militar, tendo em vista a necessidade de todos os militares terem suas camisas camufladas e as de treinamentos físicos militares bordadas, além dos sutaches com seus próprios nomes, para melhor identificação e apresentação individual do militar. Buscando a proposta mais vantajosa para administração pública.
- 3.2. O processo licitatório destinará a contratação do serviço de recarga de extintores, tendo em vista a necessidade de possuir extintores em condições de combater incêndios que possam vir a acontecer.
- 3.3 Neste caso, a opção viável é através de Dispensa Eletrônica de Licitação com disputa

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 CONTRATAÇÃO

- 4.1.1 As contratações oriundas das dispensas eletrônicas serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho, a qual será encaminhada ao adjudicatário.
- 4.1.2 As obrigações recíprocas entre a Contratada e o Depósito Subsistência Santo Ângelo correspondem ao estabelecido no presente Termo de Referência, sem prejuízo das disposições legais vigente.
- 4.1.3 Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/21, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 4.1.4 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 149 da Lei nº 14.133/21.

4.2 RESCISÃO

4.2.1 Constituem motivos para a extinção do contrato os casos previstos no Art. 137 e Incisos da Lei Nº 14.133/21.

4.3 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (Grupo 1)

4.3.1 Os materiais deverão ser retirados e trazidos ao Depósito de Subsistência de Santo Ângelo no seguinte endereço: **Setor de Almoxarifado** - Rua Tiradentes, Nº 1388 | Santo Ângelo - RS | CEP: 98803-410, e-mail: almoxarifado@dssa.eb.mil.br

4.3.2. A contratada ficará responsável pelo transporte do material, retirada da OM e entrega do material na OM.

4.4 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (Grupo 2)

4.4.1 Os materiais deverão ser retirados e trazidos ao Depósito de Subsistência de Santo Ângelo no seguinte endereço: **Setor de Almoxarifado** - Rua Tiradentes, Nº 1388 | Santo Ângelo - RS | CEP: 98803-410, e-mail: almoxarifado@dssa.eb.mil.br

4.4.2. A contratada deverá disponibilizar à Organização Militar extintores devidamente carregados, em plenas condições de funcionamento e aptos para utilização imediata, durante todo o período em que os extintores pertencentes à OM estiverem em processo de recarga e manutenção, a fim de garantir a continuidade das condições mínimas de segurança contra incêndio nas instalações da Unidade.

4.4.3. A contratada ficará responsável pelo transporte do material, retirada da OM e entrega do material na OM.

4.5 Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1 A Contratada deverá realizar a entrega dos materiais no endereço acima citado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da confirmação do recebimento da nota de empenho pela contratada;

5.2 Considera-se o material entregue quando descarregado no local de entrega, sendo de responsabilidade da contratada a descarga dos materiais.

5.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1.1 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste documento/legislações correlatas, e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27. Do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.1.2 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 7 (sete) dias que antecedem a data da realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.2.1 Encaminhar a Nota de Empenho para a Contratada, podendo para isso utilizar mensagem via e-mail;

6.2.2 Realizar o pedido do serviço no prazo e condições estabelecidas neste termo;

6.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo para fins de aceitação definitiva;

6.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

6.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à realização do serviço no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.3 INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

6.3.1 Informações complementares poderão ser obtidas junto à CONTRATANTE, pelo telefone (55) 3320-4173 ou pelo e-mail: almoxarifado@dssa.eb.mil.br sendo resolvidos os casos pelo Almoxarifado do Depósito Subsistência Santo Ângelo.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

7.1.1 A **CONTRATADA** estará sujeita a sanção administrativa todas as vezes que os materiais e/ou serviços prestados não cumprirem o prescrito na proposta comercial aceita pela Administração Pública.

7.1.2 Pela inexecução total ou parcial das obrigações do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da inscrição no Registro de Ocorrências do SICAF:

7.1.2.1 **Advertência**, nas hipóteses de execução irregular das obrigações assumidas no contrato, que não resulte prejuízo para o serviço desta OM;

7.1.2.2 **Multas:**

Multas moratórias de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

Multa compensatória de 10% (dez por cento) a ser calculada sobre o valor total da contratação, no caso de inadimplemento total por parte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar por perdas e danos.

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.1.2.2.1 **Impedimento de licitar e contratar com a Administração**, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos por prazo não superior a 3 (três) anos.

7.1.2.2.2 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.1.3 As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

7.1.4 O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Dispensa Eletrônica, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.2 FATURAMENTO

8.2.1 A nota fiscal e/ou fatura deverá ser emitida em nome do Depósito Subsistência Santo Ângelo, conforme dados da Nota de Empenho, fazendo constar a descrição/marca/quantidade do item fornecido/valor unitário/valor total.

8.2.2 Caso a nota fiscal e/ou fatura contenha erro, o contratado se responsabilizará pela correção.

8.3 PRAZO PARA PAGAMENTO

8.3.1 O pagamento será efetuado mediante ordem bancária de pagamento, emitida Depósito Subsistência Santo Ângelo, depois do recebimento definitivo do material e da apresentação da Nota Fiscal pela contratada, conforme discriminado nesta Dispensa Eletrônica, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após recebimento.

8.3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação

Financeira = 0,00016458,

assim apurado: I (TX)

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual 6%.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por Menor Preço por Grupo.

Exigências de habilitação

9.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 , do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado da contratação corresponde a R\$ 3.084,58 (três mil e oitenta e quatro reais com cinquenta e oito centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 160426/00001

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 160073

IV) Elemento de Despesa: 339039 e 339030

V) Plano Interno:I3DAFUNADOM

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

13.1. Não será o caso, pois a presente contratação será regida por instrumento contratual.

14. ANEXO II

14.1. Não será o caso, pois a presente contratação será regida por instrumento contratual.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIS HENRIQUE BITTENCOURT

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 12:27:44.

CRISTIANO TEIXEIRA DOS SANTOS

Fiscal Administrativo



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 10:55:37.

SYLVIO SALES DE BARROS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 11:14:50.